

POLÍTICAS PÚBLICAS E A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Marivânia Rufato da Silva¹
Marcos Junior Marini²
Wilson Itamar Godoy³
Sandro César Bortoluzzi⁴

Área de conhecimento: Economia Doméstica.

Eixo Temático: Políticas Públicas.

RESUMO

A literatura aborda a importância do fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável e adicionalmente que as Políticas Públicas focadas neste setor são um estímulo necessário. Desta forma, o objetivo do trabalho é identificar em artigos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar, se existe e como se dá a vinculação entre esta e as políticas públicas. Para isto pesquisou-se nos artigos se o termo “política(s) pública(s)” estava presente e quais políticas públicas voltadas à agricultura familiar foram citadas, ainda verificou-se se o autor considerava que o acesso às políticas públicas impacta na sustentabilidade da agricultura familiar e se o mesmo apresentou a necessidade de alguma política pública para melhorar a sustentabilidade no contexto estudado. A conclusão da pesquisa aponta que os 21 artigos do portfólio bibliográfico selecionado vinculam de alguma forma as políticas públicas à sustentabilidade da agricultura familiar.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, até a década de 70, a modernização da agricultura de larga escala era vista como única forma de levar renda e desenvolvimento a área rural. De acordo com Mattei (2014), as políticas públicas para a área rural tinham foco nos grandes latifúndios produtores de *commodities* e o segmento da agricultura familiar permanecia à margem dos benefícios.

Já nas últimas décadas do século XX, em decorrência de estudos que abordavam as graves consequências ambientais e sociais do desenvolvimento focado apenas no crescimento econômico, iniciaram-se debates de nível mundial sobre a relação sociedade e natureza. A partir de então, o discurso da

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: marivaniarufato@gmail.com

² Dr. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: marini@utfpr.edu.br

³ Dr. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: godoyutfpr@gmail.com

⁴ Dr. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: sandro@utfpr.edu.br



sustentabilidade tornou-se presença constante na academia e na política, principalmente quando associada à busca de uma nova forma de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentável (BURSZTYN E BURSZTYN, 2012).

Para alcançar este formato de desenvolvimento o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente. Devem coexistir regras de prudência ecológica no uso dos recursos naturais e principalmente objetivos sociais com a redução da pobreza e da desigualdade (SACHS, 2001). Guimarães (2001) afirma que o ser humano excluído social e economicamente não consegue assumir compromisso com a questão ambiental, pois encontra-se à margem da sociedade e esta permite sua deterioração enquanto pessoa.

Com base nestas premissas, vários encontros internacionais estabeleceram compromissos em busca do desenvolvimento de forma sustentável e as políticas públicas passaram a ter escopo mais alinhado a essa abordagem (BURSZTYN E BURSZTYN, 2012).

Deste modo, o meio rural, por sua relação direta com o manejo de recursos naturais, passou a ser foco de pesquisas em busca de novas estratégias de desenvolvimento que assegurem uma produção estável de alimentos consonante com a preservação ambiental (ALTIERI, 1995). Neste sentido, o setor da agricultura familiar é citado como espaço privilegiado para este novo formato de desenvolvimento na área rural, pois comparada com a agricultura de extensão, é considerada de menor impacto ambiental, por sua diversificação de produção e manejo meticuloso, e maior eficiência social por sua tendência a valorização do trabalho familiar com inclusão de jovens e mulheres (MATTEI, 2014; VARGAS, 2010; COSTABEBER E CAPORAL, 2003).

Adicionalmente, Abramovay (2012) afirma que a atual diversificação da agricultura familiar exige novos instrumentos de intervenção estatal que estimulem uma agricultura de qualidade, com capacidade de preservar o meio ambiente e realçar a cultura das localidades em que se enraíza. Para a formulação de novas políticas de intervenção são necessárias informações que subsidiem o processo de tomada de decisão. Assim, foram criados diversos instrumentos de avaliação de sustentabilidade que por meio de indicadores buscam gerar informações relevantes para subsidiar os gestores públicos, em busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável (GOMES e MALHEIROS, 2012).



Com base no contexto apresentado, a pergunta que orienta essa pesquisa é: Como autores de trabalhos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar vinculam a questão das políticas públicas neste cenário? Para responder a pergunta de pesquisa, apresenta-se como objetivo geral: identificar em artigos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar, se existe e como se dá a vinculação entre esta e as políticas públicas.

A fim de atingir o objetivo geral proposto será necessário: (i) verificar quais são as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na realidade brasileira; (ii) selecionar portfólio bibliográfico de artigos que avaliam a sustentabilidade da agricultura familiar; (iii) identificar nos artigos do portfólio bibliográfico a abordagem ou não de políticas públicas.

A relevância da pesquisa se dá por sua contribuição a comunidade acadêmica ao utilizar e descrever um processo estruturado para seleção da bibliografia, que neste caso teve como foco a sustentabilidade da agricultura familiar, mas pode ser utilizado por diferentes pesquisadores em busca do conhecimento sobre um tema. Ainda justifica-se por sua contribuição ao desenvolvimento do conhecimento científico do tema sustentabilidade, ao identificar a relação entre esta e as políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresenta-se a base teórica da pesquisa, sendo: (i) conceituação, classificação e o ciclo das políticas públicas; e (ii) as políticas públicas para a agricultura familiar brasileira.

2.1 CONCEITUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo das Políticas Públicas como disciplina acadêmica surgiu nos EUA como subárea da Ciência Política com ênfase nos estudos sobre as ações e decisões dos governos (SOUZA, 2006). Quanto à definição do termo não existe consenso, encontram-se na literatura diversas interpretações.

Souza (2006) afirma que a definição mais conhecida é a de Laswell, e coloca que a análise sobre Política Pública busca responder as perguntas: “quem ganha o



que, por que e que diferença faz”. Easton (1953) apud Heidemann (2009) tem como concepção de Política Pública a alocação de valores para toda a sociedade, ou seja, aborda a mesma como instrumento de repasse de recursos do governo para a sociedade.

Quanto à classificação, citam-se quatro formatos de Políticas Públicas: (i) as políticas distributivas que caracterizam-se por privilegiar determinados grupos sociais ou regiões, entretanto não geram conflito, pois aparentam apenas distribuir vantagens sem aumentar custos para os demais grupos; (ii) as políticas redistributivas, que são de difícil execução e repletas de conflito visto que impõem o desvio consciente de recursos entre grupos da sociedade, ou seja, têm-se perdas concretas para determinados grupos sociais, em troca de ganhos incertos para outros; (iii) as políticas regulatórias que são mais visíveis ao público e envolvem proibições, ordens, decretos e portarias, sendo que os custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igualitária na sociedade, ou ser particulares e restritos conforme a configuração dada; (iv) as políticas constitutivas, também chamadas de estruturadoras, são as que determinam as regras, a estrutura e os procedimentos gerais da própria esfera política e não envolvem altos níveis de conflito, pois as discussões são geralmente internas no sistema político-administrativo e raramente envolvem a opinião pública (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Para compreender como as políticas são elaboradas e efetivamente implementadas, cabe analisar o ciclo das Políticas Públicas, também chamado *Policy Cycle*. Esse ciclo é composto de estágios ou etapas que apresentam algumas variações entre autores.

Heidemann (2009) coloca o ciclo das Políticas Públicas em quatro etapas, sendo as decisões tomadas, a implementação, a verificação com as partes interessadas e a avaliação quanto a continuidade, reformulação ou descontinuidade da política.

Frey (2000) afirma que a divisão tradicional do ciclo político contempla as fases de formulação, implementação e controle dos impactos das políticas. Entretanto o autor trata o ciclo de forma mais analítica, subdividindo em cinco fases: (i) percepção e definição de problemas onde a mídia e outras formas de comunicação colaboram para que um problema passe a ter destaque nos possíveis campos da ação política; (ii) *agenda-setting* onde a partir de um estudo preliminar de



custos e benefícios, decide-se se um problema fará parte da pauta política ou não; (iii) elaboração de programas e decisão, consiste em escolher entre as alternativas de ações, qual é a mais apropriada ao caso, fase que geralmente gera conflitos e acordos entre os políticos mais relevantes; (iv) implementação de políticas é a etapa empírica que efetivamente produz resultados, sejam os projetados ou não. A análise da implementação busca verificar os materiais e técnicas dos projetos ou programas e a atuação dos atores envolvidos; e (v) avaliação de políticas e correção da ação é a etapa onde verificam-se os impactos efetivos das políticas implantadas e decide-se sobre a necessidade de continuidade ou não.

Desta forma, verifica-se que as Políticas Públicas são instrumentos por meio dos quais os governos podem identificar problemas da população e conforme os interesses, definir prioridades e intervir de forma a sanar as necessidades. A partir do entendimento conceitual relacionado às Políticas Públicas, apresenta-se na sequência um panorama das Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

De acordo com Mattei (2014) as políticas públicas de abrangência nacional, voltadas às necessidades específicas dos agricultores familiares só surgiram no Brasil a partir da década de 90.

Atualmente as Políticas Públicas para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar são promovidas em nível federal pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com o MDA, existem quatro eixos norteadores para as políticas voltadas a este setor: (i) o combate à pobreza rural com foco na garantia de assistência técnica, extensão rural e renda mínima, no acesso a crédito e no apoio à comercialização; (ii) segurança e soberania alimentar onde busca valorizar e organizar a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar; (iii) sustentabilidade dos sistemas de produção que pretende a construção de uma agricultura mais sustentável, ampliando o número de unidades familiares de produção que adotem práticas, insumos e princípios de manejo ecológico; e (iv) geração de renda e agregação de valor para promover a cooperação e a concorrência buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.



Para atingir os objetivos propostos nos eixos de ação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013) define as Políticas Públicas para a agricultura familiar, que constam sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Brasileira

POLÍTICAS	OBJETIVOS
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Financia com taxas de juros abaixo da inflação projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Por meio de diversas linhas de crédito oferece crédito para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.
Assistência técnica e extensão rural (ATER)	Leva assistência técnica às propriedades rurais, busca ampliar o conhecimento e a tecnologia, melhorar os processos no trabalho e conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Por meio deste programa os órgãos públicos podem adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares (sem licitação) para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas .
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação com objetivo de facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais. Também prevê investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2)	Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido.
Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA)	Os produtos de origem animal são inspecionados por qualquer instância do Suasa e podem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro, assim legaliza e acelera a implantação de novas agroindústrias.
Programa Terra Legal	Assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal e desenvolve nos assentamentos da reforma agrária instalados em todo o país iniciativas que garantem a melhoria da infraestrutura.
Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária	Assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo que tenha a posse de imóvel rural objeto da ação de cadastro e regularização fundiária ou seja pequeno posseiro.
Terra Forte	Objetiva o financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária.
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Incentiva os agricultores familiares, por meio da assistência técnica, crédito e parcerias, a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível.
Garantia-Safra (GS)	É um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares que se encontram em municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico. Os agricultores que aderirem ao GS e vierem a sofrer perda de, pelo menos, 50% do conjunto da produção



	receberão o Benefício Garantia-Safra diretamente do governo federal.
Reforma Agrária	Busca a destinação de lotes aos agricultores sem terra. A meta é converter os assentamentos em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Pretende garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	Em parceria com o MEC, qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. O Pronatec Campo é voltado para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos para emití-los, visto que a documentação básica é condição para acesso a programas como o Pronaf e outras políticas públicas.
Organização Produtiva das Mulheres Rurais	Oferece apoio as organizações produtivas de trabalhadoras rurais para a produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural.
Territórios da Cidadania	Busca o crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania.
Arca das Letras	Leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura.
Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF)	Repassa recursos para obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Contempla projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos da agricultura familiar, estruturas de comercialização e de produção de itens desses agricultores. Ainda, construção de pontes, passagens molhadas, abertura ou recuperação de estradas vicinais entre outras.

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Considerando-se o resumo dos objetivos apresentados no Quadro 1, agruparam-se as políticas públicas para a agricultura familiar em quatro categorias: (i) atender as necessidades anteriores à produção; (ii) fornecer condições para que os processos produtivos efetivamente ocorram; (iii) garantir a comercialização dos produtos e renda das famílias agricultoras; (iv) inclusão social e direito a cidadania.

Para atender as necessidades anteriores ao processo produtivo, têm-se as políticas voltadas a garantir a infraestrutura necessária aos agricultores familiares, como acesso a terra, a equipamentos e tecnologias, bem como vias de acesso às propriedades de qualidade (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa Nacional de Crédito Fundiário; Programa de Aceleração do Crescimento; Programa Terra Legal; Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária; Reforma Agrária; Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais).

Adicionalmente existem as políticas públicas com foco no processo de produtivo, como oferecer o crédito necessário ao custeio da produção, assistência



técnica e opções para fortalecimento das relações associativas entre os agricultores (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Assistência técnica e extensão rural; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal; Terra Forte).

As políticas que atuam na linha da renda dos agricultores familiares buscam garantir meios de comercialização para os produtos ou oferecer auxílio em caso de grandes perdas na safra devido a fatores climáticos (Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Garantia-Safra).

Finalmente as políticas públicas focadas no direito a cidadania têm como finalidade o ensino e a capacitação dos agricultores familiares, entre outros aspectos voltados a inclusão social (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Territórios da Cidadania; Arca das Letras).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção será tratado o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos para seleção do portfólio bibliográfico.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Considerando a natureza do objetivo, este estudo caracteriza-se como exploratório. O estudo exploratório é realizado quando as características de um tema ou problema não estão explícitas e deseja-se compreender o fenômeno (GIL, 2002; RICHARDSON, 2008). Neste trabalho busca-se o entendimento de como as Políticas Públicas relacionam-se com o fenômeno da sustentabilidade na agricultura familiar. Assim o objetivo é identificar em artigos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar, se existe e como se dá a vinculação entre esta e as políticas públicas.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois busca identificar e compreender as contribuições científicas já existentes sobre determinado tema (SILVA, 2005). Assim, com vistas a identificar a



relação entre as Políticas Públicas e a sustentabilidade da agricultura familiar definiu-se como objeto de estudo um portfólio bibliográfico composto por artigos científicos de periódicos nacionais classificados de A1 a B5 na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES selecionados por meio de processo estruturado.

Em relação à abordagem do problema o método é o qualitativo. As pesquisas qualitativas trabalham com situações complexas onde diversas variáveis interagem e precisam ser consideradas (RICHARDSON, 2008). Nesta pesquisa busca-se compreender a profundidade com que os autores abordam a relação entre as Políticas Públicas e a sustentabilidade da agricultura familiar e acredita-se que instrumental estatístico apresentaria limitações para atingir o objetivo. Assim, por meio da análise de conteúdo, busca-se identificar nos artigos, se os autores citam as políticas públicas, se consideram o acesso às mesmas como um dos indicadores de sustentabilidade e se apresentam a necessidade de alguma política pública específica para melhorar a sustentabilidade no contexto por eles estudado.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

Para atender aos objetivos desta pesquisa, uma das etapas é a seleção de um portfólio bibliográfico que será o objeto de estudo. Assim nesta subseção é descrito o processo estruturado para busca de artigos que têm como tema a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar.

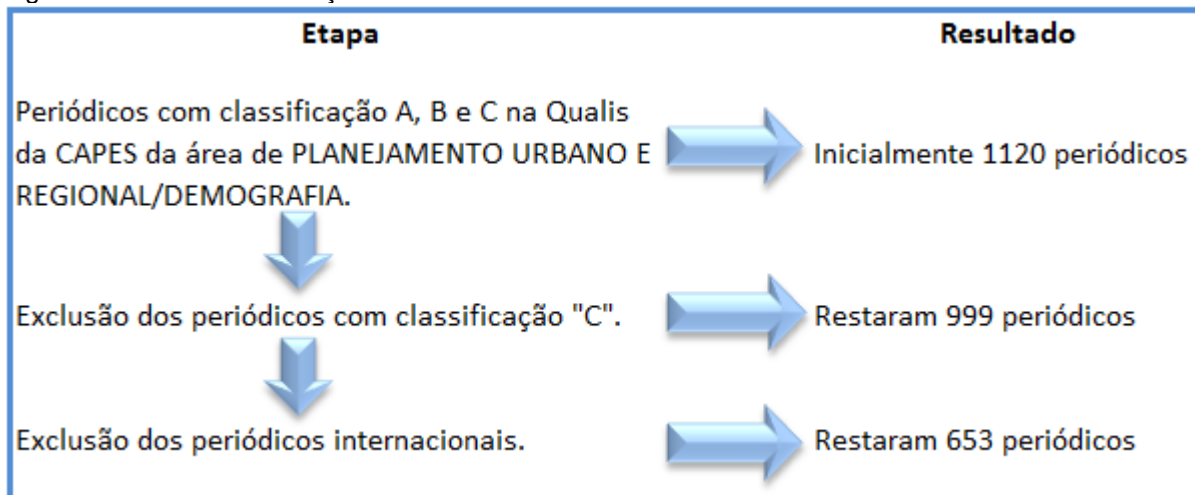
A primeira seleção neste processo foi quanto a base de dados de periódicos, onde selecionou-se a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Justifica-se a escolha pois esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e este curso está classificado e pontua junto a CAPES na área citada. Desta forma tem-se o pressuposto que esta base de dados contempla publicações relevantes quanto ao tema da sustentabilidade da agricultura familiar.

Com a base dos dados definida, buscou-se no site da CAPES a lista com todos os periódicos classificados na mesma. A partir desta inicia-se o processo de



busca de referências com a seleção dos periódicos candidatos a compor o portfólio, conforme a Figura 1.

Figura 1: Processo de Seleção dos Periódicos



Fonte: dados da pesquisa

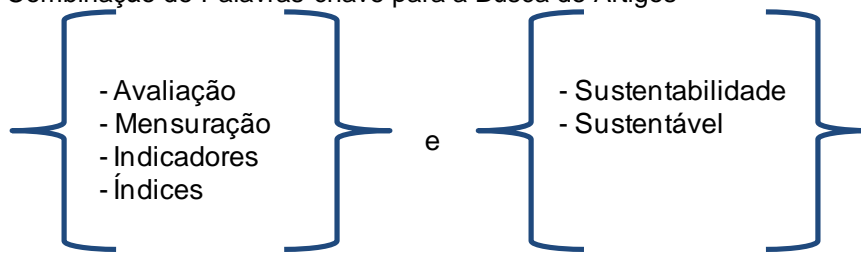
Verifica-se na Figura 1 que a lista da CAPES contava com 1.120 periódicos classificados na área de estudo. Na pesquisa foram utilizados apenas os periódicos que pontuam na Qualis/CAPES, ou seja, fez-se a exclusão de 121 periódicos com estrato C, mantendo-se apenas os de estrato A1 à B5, no total de 999 periódicos.

Na sequência fez-se a exclusão dos periódicos internacionais. Esta etapa justifica-se porque o tema do trabalho é a vinculação entre as políticas públicas e a sustentabilidade da agricultura familiar, sendo os casos brasileiros que mais interessam a pesquisa. Para efetuar a exclusão acessou-se o site de cada periódico, identificou-se 346 periódicos internacionais que foram excluídos, sendo que restaram 653 periódicos nacionais.

A partir da amostra de periódicos selecionada, iniciou-se o processo de seleção dos artigos. Nesta etapa acessou-se o site de cada um dos 653 periódicos que compunham a amostra e verificou-se a existência ou não de ferramenta de pesquisa com as expressões booleanas (and/or, e/ou). Isto faz-se necessário para busca das combinações de palavras-chave definidas para o tema, sendo que 217 periódicos não apresentavam ferramenta de pesquisa com booleanas, impossibilitando a busca nos mesmos. Nos periódicos que apresentavam a ferramenta de pesquisa, buscou-se todos os artigos publicados que contivessem no título ou no resumo a combinação de palavras listadas na Figura 2.



Figura 2: Combinação de Palavras-chave para a Busca de Artigos



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Figura 2, foram pesquisadas no título e no resumo oito combinações de palavras: avaliação and sustentabilidade; avaliação and sustentável; mensuração and sustentabilidade; mensuração and sustentável; indicadores and sustentabilidade; indicadores and sustentável; índices and sustentabilidade e índices and sustentável. Neste processo de busca foram encontrados 667 artigos, veja Figura 3.

Figura 3: Processo de Seleção dos Artigos



Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme apresentado na Figura 3, feita a seleção dos artigos pelas palavras-chave, a próxima etapa consistiu na leitura dos títulos dos 667 artigos. Nesta, buscou-se verificar quais estavam alinhados ao tema da sustentabilidade no meio rural, sendo que após a leitura e exclusões restaram 228 artigos. Na sequência realizou-se processo de verificação do alinhamento dos 228 artigos ao tema da pesquisa pela leitura dos resumos de cada um, restando 90 artigos.



Finalmente, a última etapa do processo de seleção consiste na leitura completa dos 90 artigos, buscando manter os trabalhos que tratavam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar. Após a leitura completa restaram 21 artigos que compõem o portfólio bibliográfico, e são objeto de estudo da próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção busca-se identificar como são abordadas as políticas públicas nos artigos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar.

Desta forma, a partir do portfólio bibliográfico selecionado buscou-se identificar quatro aspectos: (i) a presença do termo política(s) pública(s) nos artigos; (ii) quais políticas públicas voltadas à agricultura familiar são citadas; (iii) se o autor considera que o acesso às políticas públicas impacta na sustentabilidade da agricultura familiar; e (iv) se o autor verifica a necessidade de alguma política pública para melhorar a sustentabilidade no contexto estudado.

4.1 PRESENÇA NOS ARTIGOS DO TERMO POLÍTICA(S) PÚBLICA(S)

Para constatar se o termo política(s) pública(s) está presente no artigo foi utilizada a ferramenta “localizar” com a combinação “política pública” no singular e posteriormente no plural “políticas públicas”.

Verificou-se que dos 21 artigos que compõem o portfólio, 7 artigos não citam o termo “política(s) pública(s)”, 6 citam apenas uma vez, 3 citam duas vezes e 5 artigos citam três vezes ou mais.

Nos artigos em que o termo é citado, aborda-se a relação entre avaliação da sustentabilidade e a formulação das políticas públicas, ainda os problemas gerados pela ineficiência na ação destas e os cenários de possibilidades.

A forma mais citada pelos autores é a importância dos processos de avaliação da sustentabilidade para gerar subsídios a formulação de políticas públicas adequadas às necessidades do setor agrícola e assim operacionalizar o desenvolvimento sustentável (SILVA, ARAÚJO e SOUSA, 2008; RIBAS, SEVERO e MIGUEL, 2007; MELO e CÂNDIDO, 2013; RAMOS FILHO et al., 2004; ANDRADE, 2007; VARGAS, 2010).



Quanto aos problemas geralmente encontrados na área rural e que estão relacionados à falta ou ineficiência de políticas públicas, cita-se a falta de acesso a fatores de produção como terra, tecnologia e crédito, baixa escolaridade, êxodo da juventude rural para o urbano, resistência à implantação de sistemas orgânicos e falta de certificação devido ao custo alto (LOPES et al., 2010; THEODORO, CASTRO, e ABURAYA, 2011; FERREIRA et al., 2011; SANTOS e CÂNDIDO, 2013; SANTOS e PIASENTIN, 2010).

Adicionalmente às dificuldades, são apresentados cenários de possibilidades para políticas públicas como programas de proteção ambiental, geração de empregos na área rural e organização dos produtores em associações ou redes (ENDE et al., 2012; SÁ et al., 2012; NEIVA, 2010).

4.2 POLÍTICA(S) PÚBLICA(S) VOLTADAS A AGRICULTURA FAMILIAR CITADAS NOS ARTIGOS

Após a busca pelo termo “política(s) pública(s)” na ferramenta “localizar”, fez-se verificação analítica por meio da leitura dos artigos com vistas a identificar quais políticas públicas voltadas à agricultura familiar foram citadas. O resultado é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Citadas nos Artigos

Política Pública	Autor – Ano
Reforma Agrária	CARNEIRO NETO et al. (2008); TONIASSO et al. (2007); BARRETO, KHAN, e LIMA (2005); ALVES e BASTOS (2011); FERREIRA et al. (2011); NEIVA (2010); VARGAS (2010); SANTOS e CÂNDIDO (2013); SANTOS e PIASENTIN (2010)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	TONIASSO et al. (2007); VARGAS (2010); SANTOS e CÂNDIDO (2013); SANTOS e PIASENTIN (2010)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	GAVIOLI (2011); SANTOS e CÂNDIDO (2013)
Planos e Programas de Agroenergia	SANTOS e PIASENTIN (2010)
Política Nacional de Ater (Pnater)	SANTOS e PIASENTIN (2010)

Fonte: Elaborado pela Autora

Conforme demonstrado no Quadro 2, as políticas públicas mais citadas pelos autores foram a Reforma Agrária com nove referências e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com quatro. Justifica-se que a Reforma Agrária apresenta várias citações, pois os assentamentos são a base de



vários dos estudos de caso com avaliação da sustentabilidade desenvolvidos nos artigos, sendo estes locais de predominância total da agricultura familiar.

Santos e Piasentin (2010) mencionam também os planos e programas de Agroenergia e a Política Nacional de Ater que estão nomeados no quadro 1, de acordo com o MDA, como Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e a Assistência técnica e extensão rural (ATER).

Salienta-se que foram aqui listadas apenas as políticas públicas com foco na agricultura familiar, conforme apresentado no referencial teórico. Assim políticas de inclusão social e transferência de renda (como bolsa escola e aposentadoria) que constavam em alguns dos artigos não estão incluídas na análise.

4.3 ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste terceiro item da análise dos artigos pretende-se identificar se o autor considera que o acesso às políticas públicas impacta na sustentabilidade da agricultura familiar. Para isso verificou-se se os indicadores utilizados no processo de mensuração da sustentabilidade avaliavam o acesso dos agricultores familiares a qualquer política pública.

Vê-se claramente essa relação no trabalho de Santos e Cândido (2013) que tem a proposta de verificar a efetividade ou não de políticas públicas para os agricultores por meio de indicadores que medem se estes recebem assistência técnica ou financeira do governo Federal, Estadual ou Municipal.

Outros trabalhos consideram no processo de avaliação da sustentabilidade as políticas sociais de transferência de renda e subsídios governamentais, porém com viés diferenciado. Andrade (2007) apresenta um indicador que verifica o acesso a esses programas sociais como sendo algo positivo, ou seja, um complemento de renda aos agricultores. Já Lira, Galvão e Wadt (2011), Santos e Piasentin (2010) buscam examinar se existe dependência dos agricultores quanto a programas ou subsídios externos governamentais, analisando neste caso que se o agricultor é dependente de políticas públicas, este é um fator negativo.

Ainda neste item, cumpre esclarecer que nos demais artigos existem indicadores que verificam se os agricultores familiares têm acesso a educação, a assistência técnica, a financiamentos, a transporte, entre outros, porém sem



especificar se trata-se de acesso gratuito que deveria ocorrer por meio de políticas públicas ou privado. Desta forma não foram considerados na análise.

4.4 NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

Como citado no primeiro item de análise, a avaliação da sustentabilidade busca apontar direções para os processos de tomada de decisão, explicitando pontos positivos e outros que precisam evoluir. Desta forma, no quarto e último item, a análise feita é se o autor verifica a necessidade de alguma política pública para melhorar a sustentabilidade no contexto estudado. Apresenta-se os resultados no Quadro 3.

Quadro 3: Políticas Públicas Citadas como Necessárias ao Contexto

Política Pública	Autor – Ano
Políticas para extensão rural e assistência técnica	LOPES et al. (2010); SÁ et al. (2012);
Políticas para financiamento ou crédito	LIRA, GALVÃO e WADT (2011); SÁ et al. (2012)
Políticas para a saúde	BARRETO, KHAN, e LIMA (2005)
Políticas educacionais	BARRETO, KHAN, e LIMA (2005); ALVES e BASTOS (2011)
Políticas para o saneamento básico	SCHNEIDER e COSTA (2013); ANDRADE (2007)
Políticas para infraestrutura	NEIVA (2010)
Políticas para inclusão social	ANDRADE (2007)

Fonte: Elaborado pela Autora

Algumas das preocupações levantadas pelos autores refletem políticas já existentes de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como a assistência técnica e crédito, mas que por algum motivo não estão sendo acessadas pelos agricultores familiares estudados.

Adicionalmente outras necessidades evidenciadas, como o acesso a saúde, educação e saneamento básico, são infelizmente encontradas não somente no meio rural, mas também no urbano, e ainda dependem de investimentos e esforço público para melhoria.

4.5 ANÁLISE GERAL DA ABORDAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ARTIGOS

Constatou-se no processo de análise de conteúdo que dos 21 artigos que compõem o portfólio bibliográfico, apenas 7 não citam o termo “política(s) pública(s)”,



entretanto a abordam de outras formas (LIRA, GALVÃO e WADT, 2011; CARNEIRO NETO et al., 2008; TONIASSO et al., 2007; GAVIOLI, 2011; BARRETO, KHAN, e LIMA, 2005; ALVES e BASTOS, 2011; SCHNEIDER e COSTA, 2013).

Alguns destes autores, apesar de não tratar com o termo política pública, citam diretamente os programas governamentais como a Reforma Agrária, PRONAF e PAA (CARNEIRO NETO et al., 2008; TONIASSO et al., 2007; GAVIOLI, 2011; BARRETO, KHAN, e LIMA, 2005; ALVES e BASTOS, 2011), ou consideram se os agricultores dependem de subsídios governamentais para sua sustentabilidade (LIRA, GALVÃO e WADT, 2011), ou ainda, a partir do processo de avaliação da sustentabilidade realizado, identificam a necessidade de políticas para melhoria desta (LIRA, GALVÃO e WADT, 2011; BARRETO, KHAN, e LIMA, 2005; ALVES e BASTOS, 2011; SCHNEIDER e COSTA, 2013).

Salienta-se como conclusão desta pesquisa que todos os artigos estudados que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar vinculam de alguma forma as políticas públicas no contexto. Uma das principais abordagens percebidas é que o processo de avaliação de sustentabilidade contribui com a formulação de Políticas Públicas, pois a mensuração dos indicadores gera informações sobre aspectos que atualmente estão limitando a sustentabilidade. Em consequência desta análise, verifica-se que os autores consideram as Políticas Públicas como alternativa para garantir que o desenvolvimento dos agricultores familiares ocorra de forma sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo: identificar em artigos que tratam a avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar, se existe e como se dá a vinculação entre esta e as políticas públicas. Esse objetivo foi atingido verificando-se quatro aspectos ou itens de busca, pesquisados por meio da ferramenta “localizar” e por meio da análise de conteúdo dos artigos.

Para alcançar o objetivo geral foi necessário: (i) verificar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na realidade brasileira; (ii) selecionar portfólio bibliográfico de artigos que avaliam a sustentabilidade da agricultura familiar; (iii)



identificar nos artigos do portfólio bibliográfico a abordagem ou não de políticas públicas.

A verificação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar deu-se junto ao site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que no ano de 2013 publicou documento com a lista atualizada das políticas. Também a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) vinculada ao MDA apresenta em sua página na internet os programas que atualmente vigoram.

Quanto à seleção do portfólio bibliográfico que é a base da pesquisa, buscou-se artigos científicos em periódicos nacionais classificados de A1 a B5 na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES. No processo estruturado de seleção dos artigos utilizaram-se oito combinações de palavras-chave que remetem ao tema da avaliação da sustentabilidade e após todas as etapas de leitura chegou-se a um portfólio composto por 21 artigos com foco na avaliação da sustentabilidade da agricultura familiar.

Finalmente, para identificar nos artigos se existia e como acontecia a abordagem das políticas públicas, pesquisou-se se o termo “política(s) pública(s)” estava presente e quais políticas públicas voltadas à agricultura familiar eram citadas, ainda verificou-se se o autor considerava que o acesso às políticas públicas impacta na sustentabilidade da agricultura familiar e se o mesmo apresentou a necessidade de alguma política pública para melhorar a sustentabilidade no contexto estudado.

A conclusão da pesquisa é de que os 21 artigos do portfólio selecionado, que avaliam a sustentabilidade da agricultura familiar vinculam de alguma forma as políticas públicas no contexto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª Edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

ALTIERI, Miguel A. El “Estado del Arte” de la Agroecología y su Contribución al Desarrollo Rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.). **Agricultura y Desarrollo Sostenible**. Madrid: MAPA, 1995. p. 151-203.

ALVES, Luiz B.; BASTOS, Rogério P. Sustentabilidade em Silvânia (GO): o caso dos assentamentos rurais São Sebastião da Garganta e João de Deus. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 419-448, 2011.



ANDRADE, Antonio L. M. Indicadores de Sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 3, p. 401-412, 2007.

BARRETO, Ricardo C. S.; KHAN, Ahmad S.; LIMA, Patricia V. P. S. Sustentabilidade dos Assentamentos no Município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 2, p. 225-247, 2005.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria A. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARNEIRO NETO, José A.; ANDRADE, Eunice M.; ROSA, Morsyleide F.; MOTA, Francisco S. B.; LOPES, José F. B. Índice de Sustentabilidade Agroambiental para o Perímetro Irrigado Ayres de Souza. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 32, n. 4, p.1272-1279, 2008.

COSTABEBER, José A.; CAPORAL, Francisco R. Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

ENDE, Marta V.; FERREIRA, Gabriel M. V.; ROSSÉS, Gustavo F.; STECCA, Jaime P.; MADRUGA, Lúcia R. R. G.; BARASUOL, Aline. Índices de Sustentabilidade de Projetos da Economia Solidária: o caso Esperança/Coopesperança. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 45-60, 2012.

FERREIRA, Gizelia B.; COSTA, Manoel B. B.; SILVA, Maria S. L.; MOREIRA, Márcia M.; GAVA, Carlos A. T.; CHAVES, Vanessa C.; MENDONÇA, Claudio E. S. Sustentabilidade de Agroecossistemas com Barragens Subterrâneas no Semiárido Brasileiro: a percepção dos agricultores na Paraíba. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 1, p. 19-36, 2011.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexos referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GAVIOLI, Felipe R. Avaliação da Sustentabilidade de Agroecossistemas Através de Indicadores em um Assentamento Rural em São Paulo. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 5, p. 99-110, 2011.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Priscila R.; MALHEIROS, Tadeu F. Proposta de Análise de Indicadores Ambientais para Apoio na Discussão da Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 151-169, 2012.



GUIMARÃES, Roberto P. A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, MARINA; DINIZ, N. (orgs). **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-68.

HEIDEMANN, Francisco G. Do Sonho do Progresso às Políticas Públicas de Desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. p. 23-39.

LIRA, Elisandra M.; GALVÃO, Adailton S.; WADT, Paulo G. S. “Sistema de Aptidão das Terras para Recuperação Ambiental” para Avaliar a Sustentabilidade de Propriedades Rurais da Amazônia. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 31-45, 2011.

LOPES, Fernando B.; ANDRADE, Eunice M.; OLIVEIRA, Lucio J.; CANAFÍSTULA, Francisco J. F.; SOARES, Rogério B. Indicadores de Sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Riacho Faé, Ceará, a Partir de Análise Multivariada. **Revista Caatinga**, v. 23, n. 3, p. 84-92, 2010.

MATTEI, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, nº esp., p. 2014.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/portalmda/publicacoes/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-agricultura-familiar>

MELO, Luiz E. L.; CÂNDIDO, Gesinaldo A. O Uso do Método IDEA na Avaliação de Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Município de Ceará-Mirim – RN. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2013.

NEIVA, José L. Proposição de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos Rurais. **Economia Política do Desenvolvimento**, v. 1, n. 7, p. 83-106, 2010.

RAMOS FILHO, Luiz O.; RODRIGUES, Isis; FRIGHETTO, Rosa T. S.; RODRIGUES, Geraldo S.; CAMPANHOLA, Clayton; BROMBAL, José C. Aplicação do Sistema “Apoia–NovoRural” para Avaliação do Desempenho Ambiental do Agroturismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 409-423, 2004.

RIBAS, Rafael P.; SEVERO, Christiane M.; MIGUEL, Lovois A. Agricultura Familiar, Extrativismo e Sustentabilidade: o caso dos “samambaieiros” do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 1, p. 205-226, 2007.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3º Edição. São Paulo: Atlas, 2008.



SÁ, Cristiane O.; MARINHO, Glenda L. O. C.; SÁ, José L.; RONER, Marcia N. B.; NASCIMENTO, Irinéia R.; SÁ, Francielen P. Sustentabilidade dos Sistemas de Produção dos Agricultores Familiares e Produtores de Queijo em Nossa Senhora da Glória, Semiárido Sergipano. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 3, p. 26-39, 2012.

SACHS, Ignacy. Quo Vadis, Brasil? In: SACHS, Ignacy; WILHEIM Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 488-501.

SANTOS, Gesmar R.; PIASENTIN, Flora B. Estado e Desenvolvimento Rural no Brasil: contradições e desafios à sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 3, p. 59-79, 2010.

SANTOS, Jaqueline G.; CÂNDIDO, Gesinaldo A. Sustentabilidade e Agricultura Familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 70-86, 2013.

SCHNEIDER, Fernando; COSTA, Manoel B. B. Diagnóstico Socioeconômico, Produtivo e Ambiental dos Agroecossistemas na Microbacia Hidrográfica do Rio Pirapora - Município de Piedade/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 217-231, 2013.

SILVA, Djane F.; ARAÚJO, Lincoln E.; SOUSA, Francisco A. S. Indicadores para Algumas Dimensões da Sustentabilidade Aplicados a Propriedades Rurais dentro de Pequenas e Médias Bacias Hidrográficas. **Qualit@s**, v. 7, n. 1, 2008.

SILVA, Mary A. F. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 2º Edição. Curitiba: IBPEX, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

THEODORO, Vanessa C. A.; CASTRO, Franciléia P.; ABURAYA, Fernando H. Indicadores Ecológicos de Sustentabilidade de Unidades de Produção Agrícola do Assentamento Facão – Cáceres, MT, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, p. 21-33, 2011.

TONIASSO, Hélia R.; SOUZA, Celso C.; BRUM, Eron; FIGUEIREDO, Regina S. Agricultura Familiar e Associativismo Rural – o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec**, v. 12, n. 2, p. 01-10, 2007

VARGAS, Alexandre. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 1, p. 133-143, 2010.

